

CIMENTO TUPI S.A.
(Em Recuperação Judicial)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025

CIMENTO TUPI S.A.
(Em Recuperação Judicial)

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Diretores e Acionistas da
Cimento Tupi S.A. - Em Recuperação Judicial
Rio de Janeiro - RJ

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Cimento Tupi S.A. - Em recuperação Judicial ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas" as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cimento Tupi S.A. - Em recuperação judicial em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Ausência de estudo técnico sobre o valor recuperável dos ativos

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, a Companhia é requerida a aplicar procedimentos para assegurar que seus ativos (tangíveis e intangíveis) estejam registrados contabilmente por valor que não exceda aos seus valores de recuperação e, se for o caso, reconhecer um ajuste para perdas por desvalorização. No entanto, apesar da Companhia ter apresentado material contendo alguns elementos acerca da avaliação de impairment dos seus ativos tangíveis e intangíveis, este não foi qualificado como um estudo técnico em conformidade com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, tendo em vista a inadequação das premissas utilizadas e de outros aspectos técnicos identificados. Consequentemente, não foi possível determinar se teria havido a necessidade de efetuar ajustes em relação aos saldos dos ativos não financeiros da Companhia em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025, bem como nos elementos competentes das demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data.

Não constituição de provisão para fechamento de mina / descomissionamento

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 13 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia desenvolve atividade de exploração minerária por meio da jazida Pedra do Sino, atualmente em operação. A legislação minerária e ambiental aplicável, bem como o Plano de Fechamento de Mina da Companhia, estabelecem a obrigatoriedade de recuperação ambiental das áreas degradadas ao término da lavra, caracterizando obrigação legal de desativação e recuperação ambiental.

De acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, bem como com o CPC 27 - Ativo Imobilizado, interpretado pela IFRIC 1 - Mudanças nas Obrigações Existentes de Desativação, Restauração e Recuperação Ambiental, a Companhia deveria reconhecer provisão para os custos estimados de fechamento de mina e recuperação ambiental, mensurada pelo valor presente dos desembolsos futuros esperados, com contrapartida registrada no ativo imobilizado. Entretanto, a Companhia não reconheceu a provisão para tais obrigações de fechamento de mina, tampouco apresentou estimativas técnicas formalizadas, memorial de cálculo ou documentação adequada que suportasse os custos de desativação e de recuperação ambiental. Desta forma, não foi possível nas circunstâncias, concluirmos sobre os possíveis efeitos que possam vir a impactar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética profissional do contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Homologação do plano de recuperação judicial e incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Companhia

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nºs 1.1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas que descrevem que, em 08 de fevereiro de 2024, a Companhia celebrou um acordo de apoio à sua reestruturação com um grupo de credores que representam aproximadamente 80% da totalidade dos créditos da Companhia. Diante desse fato, a Recuperanda apresentou, em 23 de fevereiro de 2024, um Novo Plano de Recuperação Judicial ("Novo Plano"), para aprovação de seus credores concursais que ainda não foram quitados pelo plano anterior. Em 03 de maio de 2024, a Companhia requereu ao Juízo da 3ª Vara Empresarial a homologação de seu Novo Plano aprovado por meio da obtenção de Termos de Adesão dos credores em número suficiente para tal aprovação, sem a necessidade da realização de Assembleia de Credores, conforme previsto nos artigos 45, 45-A e 58 da LRF. A publicação no DJE da sentença de homologação do Novo Plano ocorreu em 03 de julho de 2024, possibilitando à Companhia voltar a pagar seus credores, na forma estabelecida no Novo Plano. Com o protocolo do Novo Plano, todos os efeitos do PRJ anterior deixam de produzir efeitos e os atos praticados durante a sua vigência são desfeitos, exceto os pagamentos realizados aos credores no âmbito do referido plano, que ficam expressamente autorizados, validados e ratificados para todos os fins de direito pelo Novo Plano. Com a homologação do Novo Plano de Recuperação Judicial no Brasil, em 10 de setembro de 2024, foi protocolado na Corte de Nova Iorque o "Motion Enforcing the Brazilian Reorganization Plan". O "Motion Enforcing the Brazilian Reorganization Plan" reconhecendo, nos Estados Unidos, o plano de recuperação judicial aprovado e homologado no Brasil, foi emitido pela Corte de Nova Iorque em 07 de novembro de 2024. Em 22 de novembro de 2024, a Companhia celebrou, juntamente com o The Bank of New York Mellon (na qualidade de Trustee), a Amended and Restated Indenture, por meio da qual as Notes originais emitidas anteriormente pela Companhia foram canceladas e substituídas por novas Notes. As novas Notes foram emitidas em três séries, de acordo com os termos e condições previstos nas três Supplemental Indentures celebradas pela Companhia na mesma data, sendo que cada uma das séries contempla uma das três Opções de Reestruturação de parcela dos créditos detidos pelos titulares das antigas Notes originais, conforme descritas e previstas nas cláusulas 4.3.1.2, 4.3.1.3 e 4.3.1.4 do Novo Plano.

Em 09 de dezembro de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral de Acionistas, dentre outras deliberações, a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, na proporção de uma ação ordinária para cada ação preferencial da Companhia convertida; o desdobramento da totalidade das ações de emissão da Companhia e o aumento de capital da Companhia, mediante a capitalização de créditos detidos por determinados credores da Companhia, inclusive Créditos Classe III de titularidade dos Credores Quirografários Classe III que optaram pela Opção de Reestruturação II, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial da Companhia, com a emissão de novas ações ordinárias.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou prejuízos operacionais, nos montantes de R\$ 54.042 e R\$ 57.631, individual e consolidado, respectivamente, prejuízo no exercício no montante de R\$ 62.695, passivo circulante individual excedente ao ativo circulante individual em R\$ 60.497, prejuízos acumulados no montante de R\$ 852.387 mil e apresentou patrimônio líquido negativo de R\$ 501.348 mil. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios, que consideram o pressuposto de sucesso na implementação do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ"). Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas subsidiárias. Nossa opinião não está sendo ressalvada em função desse assunto.

Ênfase

Realização do ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 22 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas que descreve que a Companhia possui registrado na rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos" valores referentes a impostos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa totalizando o montante de R\$ 139.016, individual e consolidado. Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributo sobre o Lucro", um ativo fiscal diferido deve ser reconhecido na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados possam ser utilizados. Consequentemente, a realização do referido ativo dependerá do desempenho operacional da Companhia, no que tange à geração de lucros tributáveis futuros. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está sendo ressalva em relação e esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As Demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente fossem identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2026.

CIMENTO TUPI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 6)	14.807	6.273	26.858	12.249
Aplicação financeira (Nota Explicativa nº 7)	-	-	13.829	13.239
Contas a receber (Nota Explicativa nº 8)	18.311	17.542	18.311	17.542
Estoques (Nota Explicativa nº 9)	85.019	69.780	157.624	141.167
Tributos a compensar (Nota Explicativa nº 10)	79.297	101.006	79.442	101.932
Títulos a receber (Nota Explicativa nº 11)	-	-	4.027	3.666
Adiantamentos a fornecedores	2.120	6.990	10.490	9.386
Outros ativos circulantes	6.909	3.868	10.307	6.244
Total do ativo circulante	206.463	205.459	320.888	305.425
Não circulante				
Créditos com terceiros	1.948	1.948	1.948	1.948
Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 16)	116	23	-	-
Tributos a compensar (Nota Explicativa nº 10)	1.331	6.394	1.331	6.394
Imposto de Renda e contribuição social diferidos (Nota Explicativa nº 22)	139.016	113.844	139.016	113.844
Depósitos judiciais (Nota Explicativa nº 23)	12.869	12.914	13.479	13.534
Investimentos				
Empresas controladas (Nota Explicativa nº 12)	203.752	193.795	-	-
Demais investimentos	-	-	249	249
Imobilizado (Nota Explicativa nº 13)	552.583	561.949	596.102	594.604
Intangível (Nota Explicativa nº 14)	68.993	128.940	101.403	161.158
Total do ativo não circulante	980.608	1.019.807	853.528	891.731
Total do ativo	1.187.071	1.225.266	1.174.416	1.197.156

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

CIMENTO TUPI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Circulante				
Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 15)	44.801	39.810	44.801	39.810
Fornecedores	81.648	44.649	82.747	45.398
Salários e encargos sociais	18.912	19.343	19.521	20.015
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	-	-	180	67
Partes relacionadas (Nota 16)	15.584	29.429	-	-
Impostos e contribuições parcelados (Nota Explicativa nº 17)	54.613	59.162	55.363	60.104
Tributos a recolher (Nota Explicativa nº 18)	26.506	41.043	26.595	41.298
Outras contas a pagar (Nota Explicativa nº 19)	24.896	8.773	24.933	8.811
Total do passivo circulante	266.960	242.209	254.140	215.503
Não circulante				
Impostos e contribuições parcelados (Nota Explicativa nº 17)	71.395	47.438	71.395	47.438
Fornecedores	6.113	10.810	6.227	10.925
Empréstimos e financiamentos/Debêntures (Nota Explicativa nº 15)	1.334.960	1.353.366	1.334.960	1.353.366
Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 16)	3.833	3.938	3.833	3.938
Provisões para contingências (Nota Explicativa nº 23)	5.158	4.588	5.158	4.588
Provisão para perda em investimentos (Nota Explicativa nº 20)	-	1.570	-	-
Total do passivo não circulante	1.421.459	1.421.710	1.421.573	1.420.255
Patrimônio Líquido (Nota Explicativa nº 21)				
Capital social	334.017	334.017	334.017	334.017
Reservas de capital	17.022	17.022	17.022	17.022
Prejuízos acumulados	(852.387)	(789.692)	(852.387)	(789.692)
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	(501.348)	(438.653)	(501.348)	(438.653)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	51	51
Total do patrimônio líquido	(501.348)	(438.653)	(501.297)	(438.602)
Total do passivo e patrimônio líquido	1.187.071	1.225.266	1.174.416	1.197.156

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

CIMENTO TUPI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro por ações, apresentado em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida (Nota 24)	524.743	522.457	523.620	522.795
Custo dos produtos vendidos	(442.230)	(438.500)	(440.879)	(439.191)
Lucro bruto	82.513	83.957	82.741	83.604
Despesas operacionais				
Com vendas	(15.794)	(14.580)	(15.794)	(14.580)
Gerais e administrativas (Nota 25)	(59.654)	(69.520)	(63.608)	(72.216)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 26)	(61.107)	2.438.877	(60.970)	2.440.513
	(136.555)	2.354.777	(140.372)	2.353.717
Resultado operacional antes do resultado de equivalência patrimonial e financeiro	(54.042)	2.438.734	(57.631)	2.437.321
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 12)	(2.873)	2.598	-	-
Resultado financeiro (Nota 27)				
Despesas financeiras	(143.623)	(657.394)	(143.849)	(657.620)
Receitas financeiras	112.671	9.313	114.142	15.012
	(30.952)	(648.081)	(29.707)	(642.608)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(87.867)	1.793.251	(87.338)	1.794.713
Imposto de renda e contribuição social (Nota 22)	25.172	(612.006)	24.643	(613.467)
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício	(62.695)	1.181.245	(62.695)	1.181.246
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício atribuível a				
Acionista controlador	(62.695)	1.181.245	(62.695)	1.181.245
Acionista não controlador	-	-	-	1
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício por ação básico e diluído (Nota 21)				
Ações preferenciais	-	-	-	-
Ações ordinárias	(1,3424)	47,1785	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

CIMENTO TUPI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	(62.695)	1.181.245	(62.695)	1.181.245
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente líquido de impostos	<u>(62.695)</u>	<u>1.181.245</u>	<u>(62.695)</u>	<u>1.181.245</u>
Atribuível a				
Acionista controlador	(62.695)	1.181.245	(62.695)	1.181.245
Acionista não controlador	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

CIMENTO TUPI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de capital Ágio na subscrição de ações	Prejuízos acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total
Em 31 de dezembro de 2023	298.809	11.685	(1.970.937)	(1.660.443)	50	(1.660.393)
Aumento de capital	35.208	-	-	35.208	-	35.208
Ágio	-	5.337	-	5.337	-	5.337
Lucro do exercício	-	-	1.181.245	1.181.245	1	1.181.246
Em 31 de dezembro de 2024	334.017	17.022	(789.692)	(438.653)	51	(438.602)
Prejuízo do exercício	-	-	(62.695)	(62.695)	-	(62.695)
Em 31 de dezembro de 2025	334.017	17.022	(852.387)	(501.348)	51	(501.297)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

CIMENTO TUPI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
(Prejuízo) / lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(87.867)	1.793.251	(87.338)	1.794.713
Ajustes de itens que não afetam caixa e equivalentes:				
Depreciação/amortização	26.043	23.511	27.384	24.850
Baixa de imobilizado	41	113	41	114
Baixa de intangível	60.369	-	60.369	-
Receita de avaliação de bens do ativo imobilizado	-	(7.039)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	2.873	(2.598)	-	-
Despesas contratuais - renegociação de dívidas	573	12.820	573	12.820
Perdão de dívidas	-	(2.430.287)	-	(2.430.287)
Contingências	1.290	(1.046)	1.290	(1.046)
Variação cambial sobre empréstimos no exterior	(103.473)	528.853	(103.473)	528.853
Multas e juros sobre ativos	(6.189)	(5.942)	(6.799)	(8.782)
Multas e juros sobre passivos	130.717	69.477	130.854	69.799
Provisão para devedores duvidosos	870	(287)	870	(287)
Resultado ajustado	25.247	(19.174)	23.771	(9.253)
Aumento/(diminuição) das contas do ativo				
Contas a receber	(1.638)	6.479	(1.638)	6.479
Títulos a receber	-	32	(361)	(120)
Impostos a recuperar	(124.241)	(106.540)	(125.228)	(109.214)
Estoques	(15.192)	5.321	(16.409)	8.302
Adiantamentos a fornecedores	4.870	(1.799)	(1.104)	(3.849)
Outros ativos	(3.041)	(314)	(4.064)	(2.408)
Depósitos judiciais	45	2.648	56	2.723
Aumento/(diminuição) das contas do passivo				
Fornecedores	34.370	16.224	35.178	1.949
Obrigações fiscais	133.873	133.203	134.750	131.508
Salários e encargos sociais	(431)	4.488	(494)	4.660
Juros pagos sobre empréstimos	(41.384)	-	(41.384)	-
Outras obrigações	15.402	25.506	15.402	25.421
Caixa líquido gerado proveniente das atividades operacionais	27.880	66.074	18.475	56.198
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição do imobilizado	(20.109)	(27.910)	(32.776)	(26.690)
Alienação de imobilizado	-	58	-	1.196
Aquisição de intangível	(24)	(116)	(215)	(7.594)
Aquisição de investimento	(14.401)	(648)	-	-
Caixa líquido (consumido) proveniente das atividades de investimentos	(34.534)	(28.616)	(32.991)	(33.088)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
AFAC - Pagamento partes relacionadas	(13.937)	(2)	-	-
Recebimento partes relacionadas	-	13.837	-	-
Empréstimos e financiamentos pagos	(5.875)	(47.530)	(5.875)	(47.530)
Empréstimos recebidos	35.000	-	35.000	-
Caixa líquido gerado/(consumido) proveniente das atividades de financiamentos	15.188	(33.695)	29.125	(47.530)
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes	8.534	3.763	14.609	(24.420)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.273	2.510	12.249	36.669
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	14.807	6.273	26.858	12.249
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes	8.534	3.763	14.609	(24.420)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

CIMENTO TUPI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações do valor adicionado - Informação suplementar
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas				
Receita operacional bruta	701.864	700.224	703.833	705.093
Devoluções de vendas	(1.048)	(1.478)	(1.048)	(1.478)
Provisão para devedores duvidosos	(870)	(287)	(870)	(287)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(60.369)	2.438.019	(60.186)	2.439.646
	<u>639.577</u>	<u>3.136.478</u>	<u>641.729</u>	<u>3.142.974</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos vendidos	(368.913)	(334.544)	(360.927)	(328.672)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(148.435)	(151.231)	(149.141)	(152.207)
Valor adicionado bruto	<u>122.229</u>	<u>2.650.703</u>	<u>131.661</u>	<u>2.662.095</u>
Retenções				
Depreciação e amortização	(26.043)	(23.511)	(27.384)	(24.850)
Valor adicionado líquido produzido	<u>96.186</u>	<u>2.627.192</u>	<u>104.277</u>	<u>2.637.245</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(2.873)	2.598	-	-
Receitas financeiras	112.671	9.313	114.142	15.012
Imposto de renda e contribuição social, diferidos	25.172	(612.006)	25.172	(612.006)
Valor adicionado total a distribuir	<u>231.156</u>	<u>2.027.097</u>	<u>243.591</u>	<u>2.040.251</u>
Acionistas controladores				
Acionistas controladores	231.156	2.027.097	243.591	2.040.251
Acionistas não controladores	-	-	-	(1)
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	92.865	71.235	100.515	76.317
Impostos, taxas e contribuições	52.307	113.843	56.836	121.679
Juros e aluguéis	148.679	660.774	148.935	661.009
Lucro do exercício	(62.695)	1.181.245	(62.695)	1.181.245
Valor adicionado distribuído	<u>231.156</u>	<u>2.027.097</u>	<u>243.591</u>	<u>2.040.250</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Cimento Tupi S.A - Em Recuperação Judicial (“Cimento Tupi” ou “Companhia”), com sede à Av. das Américas, 500, Salas 205 e 206, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, tem por objetivo social a fabricação de cimento e argamassas de todos os tipos em suas unidades fabris localizadas em Volta Redonda - RJ, Pedra do Sino - MG e Mogi das Cruzes - SP, a lavra de reservas minerais e aproveitamento das substâncias extraídas na fabricação de cimento, a prestação de serviços de concretagem e a participação em outras sociedades.

De acordo com os resultados preliminares do SNIC, no ano de 2025, houve um aumento de 3,7% nas vendas de cimento em comparação com o ano anterior.

O resultado do setor foi marcado por um ano de contrastes. De um lado impulsionado pelo aquecimento do mercado de trabalho, por outro lado pelo impacto de juros altos, inadimplência e endividamento elevados.

Na atividade da construção habitacional, o programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) consolidou-se como vetor essencial para a indústria do cimento. A ampliação para novas faixas de rendas e subsídios, e o aumento dos limites de valor dos imóveis, buscam recompor a capacidade de compra da classe média e reduzir o déficit habitacional.

A Administração considera o pressuposto da continuidade operacional da Companhia, embasando-se em projeções operacionais e financeiras que constam no laudo de viabilidade econômica preparado por empresa especializada que foi anexado ao Novo Plano de Recuperação Judicial (“Novo Plano”), protocolado em 23.02.24 e aprovado pela grande maioria de seus credores concursais que não foram quitados pelo plano anterior, o que indica que a Companhia gerará recursos suficientes para continuar operando e arcando com seus deveres no futuro previsível. Essas projeções (DRE, Balanço Patrimonial e Fluxo de Caixa) têm como base os resultados históricos da Cimento Tupi e as tendências de preço e volume para os próximos anos, uma análise do setor e da atual conjuntura do mercado, bem como os custos envolvidos na operação, investimentos e pagamento do passivo financeiro nas condições previstas no novo PRJ, homologado em 03 de julho de 2024.

1.1. Plano de Recuperação Judicial

A Companhia ajuizou em 21 de janeiro de 2021, seu pedido de recuperação judicial perante a 3ª Vara Empresarial da comarca da capital do Estado do Rio de Janeiro.

O Plano de Recuperação Judicial apresentado pela Companhia na Assembleia Geral de Credores realizada em 14 de outubro de 2021 foi aprovado pela maioria dos credores, e homologado pelo juízo da recuperação judicial em 04 de fevereiro de 2022.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

Em 19 de abril de 2023, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro proferiu decisão, por maioria de votos, anulando a Assembleia Geral de Credores de 14 de outubro de 2021 na qual havia sido aprovado o Plano de Recuperação Judicial pela maioria maciça de seus credores.

Em 08 de fevereiro de 2024, a Companhia celebrou um acordo de apoio à sua reestruturação com um grupo de credores que representavam aproximadamente 80% da totalidade dos créditos da Companhia. Diante desse fato, a Companhia apresentou, em 23 de fevereiro de 2024, um Novo Plano de Recuperação Judicial ("Novo Plano"), para aprovação de seus credores concursais que ainda não haviam sido quitados pelo plano anterior, o qual foi aprovado por meio da obtenção de Termos de Adesão dos credores em número suficiente para tal aprovação, sem a necessidade da realização de Assembleia de Credores, conforme previsto nos artigos 45, 45-A e 58 da LRF. A publicação no DJE da sentença de homologação do Novo Plano ocorreu em 03 de julho de 2024, possibilitando à Companhia voltar a pagar seus credores, na forma estabelecida no Novo Plano bem como o encerramento de ações judiciais no Brasil e no exterior movidas contra a Companhia por determinado grupo de credores.

Vale ressaltar ainda que, com a homologação do Novo Plano, todos os efeitos do PRJ anterior deixaram de produzir efeitos e os atos praticados durante a sua vigência são desfeitos, exceto os pagamentos realizados aos credores no âmbito do referido plano que ficam expressamente autorizados, validados e ratificados para todos os fins de direito pelo Novo Plano.

Em 11 de fevereiro de 2021, a Companhia havia protocolado na Corte de Nova Iorque um pedido de reconhecimento de sua recuperação judicial, em curso no Brasil, como processo principal ("*main proceeding*") de reestruturação da Companhia, com fundamento no "*Chapter 15 of the United States Bankruptcy Code*", para que as condições do Plano de Recuperação se tornassem obrigatórias e vinculassem todos os detentores de Notes. O "*Motion Enforcing the Brazilian Reorganization Plan*" reconhecendo, nos Estados Unidos, o plano de recuperação aprovado e homologado no Brasil foi emitido em 07 de novembro de 2024.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

Em 22 de novembro de 2024, a Companhia celebrou, juntamente com o The Bank of New York Mellon (na qualidade de Trustee), a *Amended and Restated Indenture*, por meio da qual as Notes originais emitidas anteriormente pela Companhia foram canceladas e substituídas por novas Notes. As novas Notes foram emitidas em três séries, de acordo com os termos e condições previstos nas três *Supplemental Indentures* celebradas pela Companhia na mesma data, sendo que cada uma das séries contempla uma das 3 Opções de Reestruturação de parcela dos créditos detidos pelos titulares das antigas Notes originais, conforme descritas e previstas nas cláusulas 4.3.1.2, 4.3.1.3 e 4.3.1.4 do Novo Plano.

Em 09 de dezembro de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral de Acionistas, dentre outras deliberações, a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, na proporção de uma ação ordinária para cada ação preferencial da Companhia convertida; o desdobramento da totalidade das ações de emissão da Companhia e o aumento de capital da Companhia, mediante a capitalização de créditos detidos por determinados credores da Companhia, inclusive Créditos Classe III de titularidade dos Credores Quirografários Classe III que optaram pela Opção de Reestruturação II, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial da Companhia, com a emissão de novas ações ordinárias.

1.2. Ataque cibernético

No dia 30 de junho de 2025, a Cimento Tupi tomou conhecimento de um ataque cibernético em um de seus servidores sem, entretanto, impactar suas operações. Os arquivos mantidos no servidor afetado foram criptografados, impedindo o seu acesso. Imediatamente foram adotadas medidas para investigar o evento e mitigar eventuais riscos, como a contratação de assessores externos especializados, o que resultou na recuperação da maior parte dos arquivos pela companhia e implementação de sistemas mais rígidos relacionados à tecnologia de informação.

2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e políticas contábeis materiais

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2026.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior, aprovadas pelo Conselho de Administração e divulgadas em 30 de abril de 2025.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros que foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Os itens incluídos nas demonstrações de cada uma das Companhias são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais (R\$ mil), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Diretoria para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa; provisão para obsolescência dos estoques; a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado; o imposto de renda e contribuição social diferidos; a provisão para contingências; e a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

(a) Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma Entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade.

As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixar de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as demonstrações contábeis de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Perda de controle

Quando a Entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia deixa de reconhecer os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações com as controladas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre a Companhia e controladas, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(b) Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das Entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

(c) Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) custo amortizado, (ii) valor justo por meio do resultado e (iii) valor justo por meio do resultado abrangente.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los e uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e contas a receber com partes relacionadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

(d) Receita operacional

(i) Venda de bens

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos - financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

(e) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Receita de dividendos;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Ganhos/perdas líquidos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido.

A Companhia classifica dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

(f) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação.

As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(g) Contas a receber

São apresentadas aos valores nominal e de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo (se houver) são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis. Quando aplicável é constituída provisão em montante considerado suficiente pela Diretoria para as perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD") são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações contábeis, (ii) instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, mas não apresentam evidencia objetiva de impairment, e; (iii) ativos financeiros que já apresentam evidencia objetiva de impairment em 31 de dezembro de 2021.

As PECLD foram constituídas em montante considerado pela Diretoria necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização.

(h) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperação pelas operações como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e contas a pagar com partes relacionadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

(i) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo é determinado usando o custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Diretoria da Companhia.

(j) Investimentos em controladas

Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária na controlada será demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada.

Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Nas demonstrações contábeis consolidadas, os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e a controlada, são eliminados de acordo com a participação mantida na controlada.

As demonstrações contábeis da controlada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa média mensal de câmbio. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido.

(k) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	Anos	Taxa
Edifícios	50	2%
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	30	3,33%
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos	5	20%
Vagões ferroviários	30	3,33%
Outros	5 a 25	4% a 20%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

(l) Ativos intangíveis e ágio

Reconhecimento e Mensuração

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

(m) Perda por redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

(n) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(o) Empréstimos e financiamentos

Com o ajuizamento de seu pedido de Recuperação Judicial da Companhia em janeiro de 2021, os empréstimos e financiamentos sujeitos à recuperação judicial deixaram de ter juros incorridos até a homologação do Plano de Recuperação Judicial, o que ocorreu em fevereiro de 2022, passando os juros e demais condições financeiras a partir da publicação no Diário Oficial da decisão da homologação que se deu em março de 2022 a serem aquelas previstas no Plano, o qual foi anulado por decisão judicial em 19 de abril de 2023. Em 03 de julho de 2024, o Novo Plano de Recuperação Judicial ("Novo Plano") aprovado pelos credores foi homologado judicialmente, possibilitando à Companhia voltar a pagar seus credores, com as condições financeiras e prazos previstos no Novo Plano.

Os empréstimos contratados pela Companhia após o pedido de Recuperação Judicial da Companhia não estão sujeitos às condições do Novo Plano e seguem às condições negociadas com a entidade financiadora.

(p) Contas a receber e/ou a pagar com partes relacionadas

São apresentadas aos valores presentes, e de realização. A Diretoria não tem como política a constituição de provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa em transações com partes relacionadas.

(q) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A Companhia e suas controladas são parte de processos judiciais e administrativos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias em que a Companhia e suas controladas estão inseridas.

(r) Capital social

(i) Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12.

(ii) Ações preferenciais

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia. A partir de dezembro de 2024, o capital social da Companhia passou a ser constituído somente por ações ordinárias, com a conversão das ações preferenciais em ordinárias.

(iii) Recompra e reemissão de ações (ações em tesouraria)

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

s) Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, também emitido pelo CPCs).

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que a Diretoria faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir.

a) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, legislação vigente, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alteração nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

c) Avaliação do valor recuperável de ativos

A Diretoria revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos da Companhia com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de valor recuperável de seus ativos. Caso tais evidências sejam identificadas, realiza-se um cálculo do valor recuperável do ativo e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável constitui-se provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido do ativo ao seu valor recuperável, quando aplicável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

As premissas utilizadas para determinação dos valores dos ativos baseiam-se na avaliação ou na indicação de que o ativo registrado a valor contábil excede o seu valor recuperável. Essas indicações levam em consideração a obsolescência do ativo, a redução significativa e inesperada de seu valor de mercado, alteração no ambiente macroeconômico em que a Companhia atua, e flutuação das taxas de juros que possam impactar os fluxos de caixa futuros das unidades geradoras de caixa.

O principal ativo da Companhia que tem seus valores de recuperação anualmente testados no final de cada exercício social é o intangível com vida útil indefinida.

4. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

- a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

A IAS 21/CPC 02 (R2), antes das Alterações, não incluía requisitos explícitos para a determinação da taxa de câmbio quando uma moeda não é conversível em outra, o que levava a divergências na prática.

Uma moeda é considerada conversível quando a Companhia consegue trocá-la por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que gerem direitos e obrigações exigíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para o fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, na data de mensuração e para o propósito especificado, a Companhia só puder obter da outra moeda um valor meramente simbólico ou irrelevante.

As alterações incluem principalmente o seguinte:

- Requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é;
- Requisitos para estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível em outra;
- Requisitos adicionais de divulgação quando uma Companhia estima a taxa de câmbio à vista porque uma moeda não é conversível em outra;
- Orientações de aplicação para ajudar as Companhias a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível;
- Exemplos ilustrativos; e
- Alterações à IFRS 1/CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/CPC 02 (R2) alterada.

A Companhia adotou as alterações à IAS 21/CPC 02 (R2) pela primeira vez no exercício corrente, entretanto, após análise interna, concluímos que tais alterações não acarretam impactos para a Companhia, por três razões principais:

- A Companhia não opera em ambientes com restrições cambiais relevantes;
- A Companhia não mantém operações no exterior ou estruturas societárias que dependam de conversão complexa de demonstrações contábeis; e
- Nossos fluxos financeiros e transações em moedas estrangeiras já seguem práticas compatíveis com o tratamento previsto pela norma.

Diante disso, concluímos que as revisões introduzidas no CPC 02 (R2) não alteram a contabilização, mensuração ou divulgação das operações da Companhia, não havendo impactos relevantes nas demonstrações contábeis ou em nossos procedimentos internos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

- b) Exemplos ilustrativos para divulgação nas Demonstrações Contábeis sobre incerteza relacionadas ao clima

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRS S1 - Requisitos gerais para divulgação de dados financeiros relacionados a sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao clima, obrigatórias para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com isso os exemplos ilustrativos trazidos pelo IASB não impactaram estas Demonstrações Contábeis.

- 4.1 Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, a saber:

Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

- a) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as Companhias contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- b) Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11 - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam novas normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- c) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras - A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

- d) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Em relação às alterações da IFRS 19, a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

4.2. Impactos da Reforma Tributária

Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como "Reforma Tributária". O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais substitutos e mudanças:

- CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;
- IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;
- Imposto Seletivo (IS): Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027;

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

- Manutenção Restrita do IPI: O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos:

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;
- Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets;
- Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets).

Não se espera que as normas novas e alterações em normas existentes, que possuem início de vigência em exercícios posteriores ao findo em 31 de dezembro de 2025 tenham impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

5. Consolidação

As demonstrações contábeis incluem as demonstrações da Cimento Tupi S.A. - Em Recuperação Judicial e das empresas controladas a seguir relacionadas, nas quais a Companhia mantém participação no capital social superior a 20%.

	Participação %			
	Capital social		Capital votante	
	2025	2024	2025	2024
Touro Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.	99,99	99,99	99,99	99,99
Tupi do Nordeste Ltda.	99,99	99,99	99,99	99,99
Cimento Tupi Overseas Inc.	100,00	100,00	100,00	100,00
CP Cimento Overseas Co.	100,00	100,00	100,00	100,00
Tupi Rio Transportes S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00
Tupimec - Indústria Mecânica Ltda.	99,99	99,99	99,99	99,99
MMape Incorporação e Empreendimentos Ltda.	99,99	99,99	99,99	99,99
Tupi Mineradora de Calcário Ltda.	99,93	99,93	99,93	99,93
Britas Arujá Ltda.	99,99	99,99	99,99	99,99

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- Das participações no capital, reservas e resultados acumulados;
- Dos saldos de contas correntes e outras contas integrantes do ativo e/ou passivo, mantidas entre as empresas cujos balanços patrimoniais foram consolidados;
- Dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre empresas consolidadas;
- Dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre essas empresas.

Os períodos das demonstrações contábeis das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo circulante				
Caixa e bancos	1.002	49	1.006	54
Certificado de Depósito Bancário (CDB)/Cédula de Crédito Bancário (CCB)	13.805	6.224	25.852	12.195
	<u>14.807</u>	<u>6.273</u>	<u>26.858</u>	<u>12.249</u>

Os CDB's referem-se a aplicações, com rendimentos próximos à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI).

A maior rentabilidade das aplicações financeiras, relacionadas acima, é de 118% dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI).

7. Aplicação financeira

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo circulante				
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	13.829	13.239
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13.829</u>	<u>13.239</u>

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Tais aplicações têm como objetivo rentabilizar excedentes de caixa, preservando liquidez e segurança.

CIMENTO TUPI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

Os investimentos são compostos por Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), registrados como ativo circulante, com vencimento em 15 de maio de 2026.

8. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Duplicatas a receber	22.408	23.837	22.408	23.837
Provisão para perdas esperadas	(4.097)	(6.295)	(4.097)	(6.295)
	<u>18.311</u>	<u>17.542</u>	<u>18.311</u>	<u>17.542</u>

A movimentação da provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 foi como segue:

Valor	Valor
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(6.295)
(+) Complemento PECLD	(870)
(-) Baixa por perda	3.068
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>(4.097)</u>
Valor	Valor
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(6.415)
(+) Complemento PECLD	(287)
(-) Baixa por perda	407
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>(6.295)</u>

A Companhia constitui essa provisão baseada em análise do histórico de perdas esperadas monitorada pela Diretoria, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

O saldo do contas a receber consolidado, por idade de vencimento, era como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	17.322	16.579	17.322	16.579
Vencidos até 90 dias	877	680	877	680
Vencidos entre 91 e 180 dias	112	283	112	283
Vencidos há mais de 180 dias	4.097	6.295	4.097	6.295
	<u>22.408</u>	<u>23.837</u>	<u>22.408</u>	<u>23.837</u>

CIMENTO TUPI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

9. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Produtos acabados	8.228	4.479	9.666	5.956
Produtos em elaboração	9.933	5.110	9.933	5.110
Matéria-prima - escória	16.435	14.054	16.435	14.054
Matéria-prima - coque	2.995	1.600	2.995	1.600
Outras matérias-primas	6.452	13.272	6.454	13.274
Materiais para manutenção e consumo	37.269	30.099	37.319	30.143
Estoque em trânsito	3.707	1.166	3.707	1.172
Terrenos a comercializar (i)	-	-	71.115	69.858
	<u>85.019</u>	<u>69.780</u>	<u>157.624</u>	<u>141.167</u>

(i) Refere-se a estoques de terrenos pertencentes às controladas Mape Incorporação e Empreendimentos Ltda. e Touro Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.

10. Tributos a compensar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo circulante				
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS)	792	755	792	758
Imposto de Renda/Contribuição Social PIS/COFINS	1.079	1.201	1.199	2.102
Imposto s/Produtos Industrializados (IPI)	72.622	95.198	72.623	95.198
Outros (a)	1.147	394	1.147	394
	<u>3.657</u>	<u>3.458</u>	<u>3.681</u>	<u>3.480</u>
	<u>79.297</u>	<u>101.006</u>	<u>79.442</u>	<u>101.932</u>
Ativo não circulante				
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS)	1.330	983	1.330	983
PIS/COFINS	1	5.411	1	5.411
	<u>1.331</u>	<u>6.394</u>	<u>1.331</u>	<u>6.394</u>

Em outubro de 2020, a Companhia reconheceu contabilmente créditos de PIS e COFINS no montante total de R\$ 175.368 decorrente de decisão judicial, transitada em julgado em 30 de setembro de 2019, que afastou a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS e autorizou a compensação administrativa dos valores recolhidos nos 5 anos anteriores ao ajuizamento do feito. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo a compensar alcança o valor de R\$ 66.235.

(a) Refere-se a valores de INSS recolhidos a maior, bem como a pagamentos efetuados a maior em parcelamentos de tributos previdenciários, incluindo demais débitos tributários e parcelamentos federais, os quais serão objeto de compensação ou restituição conforme a legislação tributária vigente.

CIMENTO TUPI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

11. Títulos a receber

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ano Bom Incorp. e empreendimentos S.A. (i)	-	-	4.027	3.666
	-	-	4.027	3.666
Ativo circulante		-	4.027	3.666
Ativo não circulante	-	-	-	-

(i) Refere-se ao saldo a receber pela venda de imóvel em Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, pela controlada Mape;

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

12. Investimentos em empresas controladas

a) Demonstrações sobre as principais controladas

	2025							2024						
	Mape Incorporação e Empreendimentos Ltda.	Tupimec Indústria Mecânica Ltda.	Tupi Mineradora de Calcário Ltda.	Tupi do Nordeste Ltda.	Tupi Rio Transportes S.A.	Touro Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.	Britas Arujá Ltda.	Mape Incorporação e Empreendimentos Ltda.	Tupimec Indústria Mecânica Ltda.	Tupi Mineradora de Calcário Ltda.	Tupi do Nordeste Ltda.	Tupi Rio Transportes S.A.	Touro Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.	Britas Arujá Ltda.
Participação no capital social - %	99,99	99,99	99,93	99,99	100,00	99,99	99,99	99,99	99,99	99,93	99,99	100,00	99,99	99,99
Patrimônio líquido	51.466	42	69.899	2.357	3.889	68.873	7.027	52.439	96	65.765	2.341	(1.570)	65.911	7.044
Lucro (prejuízo) do exercício	(1.327)	(54)	318	(481)	(1.718)	406	(17)	2.561	(157)	1.167	(528)	178	(620)	(3)

b) Movimentação dos investimentos

	2025									2024	
	Mape Incorporação e Empreendimentos Ltda.	Tupimec Indústria Mecânica Ltda.	Tupi Mineradora de Calcário Ltda.	Tupi do Nordeste Ltda.	Tupi Rio Transportes S.A.	Touro Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.	Britas Arujá Ltda.	Outros	Total	Total	
Saldo no início do exercício	52.434	96	65.716	2.342	-	65.910	7.044	253	193.795	183.688	
Integralizações	355	-	3.815	496	7.178	2.557	-	-	14.401	7.687	
Equivalência patrimonial	(1.327)	(54)	318	(481)	(1.718)	406	(17)	-	(2.873)	2.598	
Reclassificação entre ativo/passivo	-	-	-	-	(1.571)	-	-	-	(1.571)	(178)	
Saldo no final do exercício	51.462	42	69.849	2.357	3.889	68.873	7.027	253	203.752	193.795	

	2024									2023	
	Mape Incorporação e Empreendimentos Ltda.	Tupimec Indústria Mecânica Ltda.	Tupi Mineradora de Calcário Ltda.	Tupi do Nordeste Ltda.	Tupi Rio Transportes S.A.	Touro Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.	Britas Arujá Ltda.	Outros	Total	Total	
Saldo no início do exercício	49.873	167	64.549	2.308	-	66.530	8	253	183.688	119.427	
Integralizações	-	86	-	562	-	-	7.039	-	7.687	60.009	
Equivalência patrimonial	2.561	(157)	1.167	(528)	178	(620)	(3)	-	2.598	5.151	
Reclassificação para o passivo	-	-	-	-	(178)	-	-	-	(178)	(899)	
Saldo no final do exercício	52.434	96	65.716	2.342	-	65.910	7.044	253	193.795	183.688	

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

Mape Incorporação e Empreendimentos Ltda.

A Mape tem como principal objetivo a incorporação, compra e venda de imóveis e administração de imóveis próprios.

Touro Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.

A Touro Empreendimentos Imobiliários e Participações tem como principal objetivo a incorporação, compra e venda de imóveis e administração de imóveis próprios.

Tupi Rio Transportes S/A

A Tupi Rio tem como principal objetivo os transportes rodoviários, no âmbito municipal, estadual e interestadual, com utilização de frota própria e/ou de terceiros, para a execução de fretes em geral, cargas ensacadas e a granel, cargas líquidas, gasosas, especiais ou em containers, bem como de produtos perigosos.

Tupi Mineradora de Calcário Ltda.

A Tupi Mineradora é uma sociedade que tem como principal objetivo a exploração e aproveitamento de jazidas minerais bem como a exploração da agricultura, da pecuária, de florestamento e reflorestamento, com a comercialização dos produtos oriundos destas atividades.

Tupi do Nordeste Ltda.

A Tupi do Nordeste tem como principal objetivo a exploração da agricultura, da pecuária, de florestamento e reflorestamento, com a comercialização dos produtos oriundos destas atividades.

Britas Arujá Ltda.

A Britas Arujá, é uma sociedade pré-operacional, e tem como objeto a exploração, aproveitamento, pesquisa e lavras de jazidas minerais, inclusive britas de granito no território nacional e a comercialização dos produtos oriundos destas atividades.

Tupimec Indústria Mecânica Ltda.

A Tupimec tem como principal objetivo a fabricação e instalação de máquinas e equipamentos industriais e serviços de reparos e de manutenção de equipamentos ferroviários. A empresa está com suas atividades paralisadas desde março de 2016.

CIMENTO TUPI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

13. Imobilizado

Contas	Controladora				
	Custo	2025	Líquido	2024	Taxas anuais de Depreciação
		Depreciação/ exaustão Acumulada		Líquido	
Terrenos	29.898	-	29.898	29.775	
Edifícios	108.891	(38.686)	70.205	72.391	2%
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	735.890	(365.123)	370.767	370.947	3,33%
Móveis e utensílios	3.763	(3.249)	514	528	10%
Veículos	8.740	(7.040)	1.700	2.609	20%
Vagões ferroviários	30.333	(9.152)	21.181	22.581	3,33%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.081	(906)	175	116	(*)
Máquinas e equipamentos a instalar	6.339	-	6.339	1.809	3,33%
Obras em andamento	33.028	-	33.028	41.365	
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	591	
Minas de calcário	23.374	(5.350)	18.024	18.207	(**)
Outros	7.143	(6.391)	752	1.030	4% a 20%
	<u>988.480</u>	<u>(435.897)</u>	<u>552.583</u>	<u>561.949</u>	

Contas	Consolidado				
	Custo	2025	Líquido	2024	Taxas anuais de Depreciação
		Depreciação/ exaustão acumulada		Líquido	
Terrenos	53.580	-	53.580	53.413	
Edifícios	108.920	(38.712)	70.208	72.396	2%
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	737.418	(366.062)	371.356	371.524	3,33%
Móveis e utensílios	3.783	(3.260)	523	536	10%
Veículos	19.291	(13.837)	5.454	7.106	20%
Vagões ferroviários	30.333	(9.152)	21.181	22.581	3,33%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.081	(906)	175	116	(*)
Máquinas e equipamentos a instalar	6.339	-	6.339	1.809	3,33%
Obras em andamento	37.665	-	37.665	44.162	
Adiantamentos a fornecedores	10.352	-	10.352	1.239	
Minas de calcário	23.374	(5.350)	18.024	18.207	(**)
Outros	7.649	(6.404)	1.245	1.515	4% a 20%
	<u>1.039.785</u>	<u>(443.683)</u>	<u>596.102</u>	<u>594.604</u>	

(*) Depreciação de acordo com os prazos dos contratos de aluguel;

(**) As minas de calcário são amortizadas no prazo de exaustão dessas minas, proporcionalmente ao minério extraído.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor de R\$ 24.682 (R\$ 22.213 em 31 de dezembro de 2024) relacionado à depreciação foi contabilizado como custo de produto vendido.

A Diretoria revisou o valor contábil líquido dos seus ativos em 31 de dezembro de 2025 com o objetivo de avaliar a perda de seu valor recuperável, não tendo sido observada a necessidade de constituição de provisão para *impairment*.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

Na avaliação de recuperabilidade dos ativos, a Companhia utilizou-se do valor em uso por Unidade Geradora de Caixa (UGC) a partir de projeções aprovadas pela Diretoria e premissas consistentes com a análise efetuada em 2025 e 2024, que consideram:

- Revisão dos cenários para cada UGC conforme planos de negócios;
- Cenário macroeconômico do país;
- Período do fluxo de caixa compatível com as reservas minerais comprovadas, contando inclusive com ativos com longos períodos de maturação;
- Taxa de desconto em dólares constantes de 10,6% baseada no custo médio ponderado de capital ("WACC").

CIMENTO TUPI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

A movimentação do ativo imobilizado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram como segue:

Custo do imobilizado	Controladora												
	Terrenos	Edifícios	Máquinas, equip. e instal. industriais	Móveis e utensílios	Veículos	Vagões ferroviários	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e eqptos. a instalar	Obras em andamento	Adtos. a fornecedores	Minas de calcário	Outros	Total
Saldo em 2024	29.775	108.891	716.697	3.696	8.559	28.584	1.011	2.714	41.365	591	23.136	7.060	972.079
Adições	-	-	2.725	51	-	1.433	-	2.369	13.910	732	-	81	21.301
Transferências	123	-	17.895	25	181	317	70	1.306	(20.157)	-	238	2	-
Baixas	-	-	(1.424)	(9)	-	-	-	(50)	(2.091)	(1.323)	-	-	(4.897)
Saldo em 2025	<u>29.898</u>	<u>108.891</u>	<u>735.893</u>	<u>3.763</u>	<u>8.740</u>	<u>30.334</u>	<u>1.081</u>	<u>6.339</u>	<u>33.027</u>	<u>-</u>	<u>23.374</u>	<u>7.143</u>	<u>988.483</u>

Depreciação do imobilizado	Controladora												
	Terrenos	Edifícios	Máquinas, equip. e instal. Industriais	Móveis e utensílios	Veículos	Vagões ferroviários	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e eqptos. a instalar	Obras em andamento	Adtos. a fornecedores	Minas de calcário	Outros	Total
Saldo em 2024	-	(36.500)	(345.750)	(3.168)	(5.950)	(6.003)	(895)	(905)	-	-	(4.929)	(6.030)	(410.130)
Adições	-	(2.187)	(18.557)	(93)	(1.091)	(3.149)	(11)	(30)	-	-	(421)	(365)	(25.904)
Transferências	-	-	(935)	-	-	-	-	935	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	118	12	-	-	-	-	-	-	-	4	134
Saldo em 2025	-	<u>(38.687)</u>	<u>(365.124)</u>	<u>(3.249)</u>	<u>(7.041)</u>	<u>(9.152)</u>	<u>(906)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5.350)</u>	<u>(6.391)</u>	<u>(435.900)</u>
Saldo em 2025	<u>29.898</u>	<u>70.204</u>	<u>370.769</u>	<u>514</u>	<u>1.699</u>	<u>21.182</u>	<u>175</u>	<u>6.339</u>	<u>33.027</u>	<u>-</u>	<u>18.024</u>	<u>752</u>	<u>552.583</u>

Custo do imobilizado	Controladora												
	Terrenos	Edifícios	Máquinas, equip. e instal. industriais	Móveis e utensílios	Veículos	Vagões ferroviários	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e eqptos. a instalar	Obras em andamento	Adtos. a fornecedores	Minas de calcário	Outros	Total
Saldo em 2023	29.775	108.854	709.195	3.605	9.302	22.322	977	2.714	28.742	640	23.136	6.668	945.930
Adições	-	-	938	84	-	1.475	-	-	25.820	977	-	107	29.401
Transferências	-	37	7.538	8	18	4.787	34	-	(12.707)	-	-	285	-
Baixas	-	-	(974)	(1)	(761)	-	-	-	(490)	(1.026)	-	-	(3.252)
Saldo em 2024	<u>29.775</u>	<u>108.891</u>	<u>716.697</u>	<u>3.696</u>	<u>8.559</u>	<u>28.584</u>	<u>1.011</u>	<u>2.714</u>	<u>41.365</u>	<u>591</u>	<u>23.136</u>	<u>7.060</u>	<u>972.079</u>

CIMENTO TUPI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

Depreciação do imobilizado	Controladora												Total
	Terrenos	Edifícios	Máquinas, equip. e instal. Industriais	Móveis e utensílios	Veículos	Vagões ferroviários	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e eqptos. a instalar	Obras em andamento	Adtos. a fornecedores	Minas de calcário	Outros	
Saldo em 2023	-	(34.313)	(328.065)	(3.083)	(5.561)	(4.866)	(887)	(814)	-	-	(4.471)	(5.673)	(387.733)
Adições	-	(2.187)	(17.996)	(86)	(1.119)	(1.137)	(8)	(91)	-	-	(458)	(357)	(23.439)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	311	1	730	-	-	-	-	-	-	-	1.042
Saldo em 2024	-	(36.500)	(345.750)	(3.168)	(5.950)	(6.003)	(895)	(905)	-	-	(4.929)	(6.030)	(410.130)

Custo do imobilizado	Consolidado												Total
	Terrenos	Edifícios	Máquinas, equip. e instal. industriais	Móveis e utensílios	Veículos	Vagões ferroviários	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equip. a instalar	Obras em andamento	Adtos. a fornecedores	Minas de calcário	Outros	
Saldo em 2024	53.413	108.921	718.183	3.714	18.723	28.584	1.011	2.714	44.162	1.239	23.136	7.558	1.011.358
Adições	42	-	2.767	54	567	1.433	-	2.369	15.751	10.900	-	87	33.970
Transferências	123	-	17.895	25	181	317	70	1.306	(20.157)	-	238	2	-
Baixas	-	-	(1.424)	(9)	(180)	-	-	(50)	(2.091)	(1.788)	-	-	(5.542)
Saldo em 2025	53.578	108.921	737.421	3.784	19.291	30.334	1.081	6.339	37.665	10.351	23.374	7.647	1.039.786

Depreciação do imobilizado	Consolidado												Total
	Terrenos	Edifícios	Máquinas, equip. e instal. industriais	Móveis e utensílios	Veículos	Vagões ferroviários	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equip. a instalar	Obras em andamento	Adtos. a fornecedores	Minas de calcário	Outros	
Saldo em 2024	-	(36.525)	(346.659)	(3.178)	(11.617)	(6.003)	(895)	(905)	-	-	(4.929)	(6.043)	(416.754)
Adições	-	(2.187)	(18.586)	(94)	(2.401)	(3.149)	(11)	(30)	-	-	(421)	(365)	(27.244)
Transferências	-	-	(935)	-	-	-	-	935	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	118	12	180	-	-	-	-	-	-	4	314
Saldo em 2025	-	(38.712)	(366.062)	(3.260)	(13.838)	(9.152)	(906)	-	-	-	(5.350)	(6.404)	(443.684)
Saldo em 2025	53.578	70.209	371.359	524	5.453	21.182	175	6.339	37.665	10.351	18.024	1.243	596.102

CIMENTO TUPI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

Custo do imobilizado	Consolidado												
	Terrenos	Edifícios	Máquinas, equip. e instal. industriais	Móveis e utensílios	Veículos	Vagões ferroviários	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equip. a instalar	Obras em andamento	Adtos. a fornecedores	Minas de calcário	Outros	Total
Saldo em 2023	54.411	108.884	710.679	3.621	18.406	22.322	977	2.714	29.019	7.502	23.136	6.876	988.547
Adições	4	-	940	87	2.176	1.475	-	-	28.616	2.328	-	121	35.747
Transferências	-	37	7.538	8	18	4.787	34	-	(12.983)	-	-	561	-
Baixas	(1.002)	-	(974)	(2)	(1.877)	-	-	-	(490)	(8.591)	-	-	(12.936)
Saldo em 2024	<u>53.413</u>	<u>108.921</u>	<u>718.183</u>	<u>3.714</u>	<u>18.723</u>	<u>28.584</u>	<u>1.011</u>	<u>2.714</u>	<u>44.162</u>	<u>1.239</u>	<u>23.136</u>	<u>7.558</u>	<u>1.011.358</u>

Depreciação do imobilizado	Consolidado												
	Terrenos	Edifícios	Máquinas, equip. e instal. industriais	Móveis e utensílios	Veículos	Vagões ferroviários	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equip. a instalar	Obras em andamento	Adtos. a fornecedores	Minas de calcário	Outros	Total
Saldo em 2023	-	(34.337)	(328.946)	(3.093)	(10.898)	(4.866)	(887)	(814)	-	-	(4.471)	(5.685)	(393.997)
Adições	-	(2.188)	(18.024)	(86)	(2.430)	(1.137)	(8)	(91)	-	-	(458)	(358)	(24.780)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	311	1	1.711	-	-	-	-	-	-	-	2.023
Saldo em 2024	<u>-</u>	<u>(36.525)</u>	<u>(346.659)</u>	<u>(3.178)</u>	<u>(11.617)</u>	<u>(6.003)</u>	<u>(895)</u>	<u>(905)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.929)</u>	<u>(6.043)</u>	<u>(416.754)</u>

14. Ativo intangível

	Controladora				Consolidado			
	Ágio	Direitos minerários	Outros	Total	Ágio	Direitos minerários	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	93.564	35.186	190	128.940	93.564	67.260	334	161.158
Adições	-	-	591	591	-	192	591	783
Baixas	(60.369)	-	-	(60.369)	(60.369)	-	-	(60.369)
Amortizações	-	-	(169)	(169)	-	-	(169)	(169)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>33.195</u>	<u>35.186</u>	<u>612</u>	<u>68.993</u>	<u>33.195</u>	<u>67.452</u>	<u>756</u>	<u>101.403</u>

	Controladora				Consolidado			
	Ágio	Direitos minerários	Outros	Total	Ágio	Direitos minerários	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	93.564	35.186	258	129.008	93.564	59.781	403	153.748
Adições	-	-	3	3	-	7.591	3	7.594
Baixas	-	-	-	-	-	(112)	-	(112)
Amortizações	-	-	(71)	(71)	-	-	(72)	(72)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>93.564</u>	<u>35.186</u>	<u>190</u>	<u>128.940</u>	<u>93.564</u>	<u>67.260</u>	<u>334</u>	<u>161.158</u>

CIMENTO TUPI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

15. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

	2025		2024		Status atual
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Controladora Moeda nacional Cimentos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia de Responsabilidade Limitada (subscritor) (1)	-	536.500	-	478.802	Crédito anteriormente extraconcursal devido por Megeve Capital LLC e transferido para Cimentos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia de Responsabilidade Limitada, em 13 de dezembro de 2023, passando esse crédito a ser concursal submetido às condições do Novo Plano que foi homologado em 03 de julho de 2024. Em 09 de agosto de 24, Cimentos subscreveu debêntures emitidas pela Companhia e as integralizou com o referido Crédito
Cimentos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia de Responsabilidade Limitada	-	997	-	923	Crédito concursal submetido às condições do Novo Plano que foi homologado em 03.07.2024.
Banco C6 S.A. (2)	6.615	8.212	-	-	Nota Comercial no valor total de R\$ 20 milhões com vencimento no prazo de 36 meses, taxa CDI + 0,50% a.m.
BMP Sociedade de Crédito Direto S.A. (RED ASSET) (3)	2.827	11.591	-	-	CCB no valor total de R\$ 15 milhões com vencimento no prazo de 72 meses, taxa Selic + 0,85% a.m.
	<u>9.442</u>	<u>557.300</u>	<u>-</u>	<u>479.725</u>	
Moeda estrangeira Notes	30.856	706.422	34.721	794.153	Crédito concursal submetido às condições do Novo Plano que foi homologado em 03 de julho de 2024.
<i>Sinosure - Facility Agreement</i> (Agricultural Bank of China)	1.768	5.226	1.991	7.842	Crédito concursal, submetido às condições do Novo Plano que foi homologado em 03 de julho de 2024.
Tupacta AG	1.768	61.744	1.991	65.909	Crédito concursal submetido às condições do Novo Plano que foi homologado em 03 de julho de 2024.
Outros	967	4.268	1.107	5.737	
	<u>35.359</u>	<u>777.660</u>	<u>39.810</u>	<u>873.641</u>	
Controladora	44.801	1.334.960	39.810	1.353.366	
Consolidado	44.801	1.334.960	39.810	1.353.366	

(1) O crédito transferido permanece garantido com a hipoteca da Fábrica de Pedra do Sino;

(2, 3) Créditos garantidos por alienação fiduciária de imóveis da Touro Empr. Imobiliários e Participações e cessão fiduciária de recebíveis.

CIMENTO TUPI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

16. Transações com partes relacionadas

	2025					2024	
	Tupi Rio Transportes S.A.	Tupimec Indústria Mecânica Ltda	Mape Incorporação e Empreendimentos Ltda.	Britas Arujá Ltda.	Alberto Koranyi Ribeiro	Total	Total
Ativo não circulante							
Adiantamento para aumento de capital	28	28		60		116	23
Passivo circulante							
Antecipação de dividendos	-	-	15.584	-	-	15.584	29.429
Passivo não circulante							
Partes relacionadas	-	-	-	-	3.833	3.833	3.938
Transações							
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(25.014)	-	-	-	-	(25.014)	(32.041)

CIMENTO TUPI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

As transações com partes relacionadas referem-se majoritariamente a contas correntes mantidas e ao fornecimento de serviços e operação dos negócios das sociedades.

17. Impostos e contribuições parcelados

Referem-se principalmente ao parcelamento de ICMS nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

	Controladora					
	2025			2024		
	Principal	Juros/Multa	Total	Principal	Juros/Multa	Total
Passivo circulante	37.067	17.546	54.613	34.124	25.038	59.162
ICMS	31.520	15.595	47.115	29.487	24.092	53.579
Outros	5.547	1.951	7.498	4.637	946	5.583
Passivo não circulante	64.024	7.371	71.395	30.289	17.149	47.438
ICMS	43.294	4.994	48.288	16.736	11.900	28.636
Outros	20.730	2.377	23.107	13.553	5.249	18.802
	<u>101.091</u>	<u>24.917</u>	<u>126.008</u>	<u>64.413</u>	<u>42.187</u>	<u>106.600</u>
	Consolidado					
	2025			2024		
	Principal	Juros/Multa	Total	Principal	Juros/Multa	Total
Passivo circulante	37.785	17.578	55.363	34.454	25.650	60.104
ICMS	31.520	15.595	47.115	29.817	24.341	54.158
Outros	6.265	1.983	8.248	4.637	1.309	5.946
Passivo não circulante	64.024	7.371	71.395	30.289	17.149	47.438
ICMS	43.294	4.994	48.288	16.736	11.900	28.636
Outros	20.730	2.377	23.107	13.553	5.249	18.802
	<u>101.809</u>	<u>24.949</u>	<u>126.758</u>	<u>64.743</u>	<u>42.799</u>	<u>107.542</u>

18. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ICMS	20.548	32.577	20.556	32.671
PIS/COFINS	1.329	3.548	1.374	3.599
ISS	551	530	559	616
Impostos/Contribuições, retidos	4.058	4.388	4.086	4.412
Outros	20	-	20	-
	<u>26.506</u>	<u>41.043</u>	<u>26.595</u>	<u>41.298</u>

CIMENTO TUPI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

19. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Passivo circulante				
Adiantamento de clientes	815	632	816	632
Provisão energia elétrica	5.703	3.825	5.703	3.825
Programa de participação no resultado	1.154	2.719	1.154	2.719
ICMS s/remessa a faturar	2.119	-	2.119	-
Venda p/entrega futura	11.638	-	11.638	-
Outros	3.467	1.597	3.503	1.635
	<u>24.896</u>	<u>8.773</u>	<u>24.933</u>	<u>8.811</u>

20. Provisão para investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Passivo não circulante				
Investimento - Tupi Rio Transportes S.A.	-	1.570	-	-
	<u>-</u>	<u>1.570</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

21. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 09 de dezembro de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral de Acionistas, a conversão da totalidade das 11.792 ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, em ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Em consequência da conversão das ações preferenciais em ações ordinárias, o capital social da Companhia passou a ser exclusivamente composto por 23.585 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Na mesma assembleia foi aprovado o desdobramento da totalidade das ações de emissão da Companhia à razão de 1:1.000, de modo que para cada ação ordinária de emissão da Companhia atualmente existente foi criada e atribuída ao seu titular 1.000 novas ações ordinárias de emissão da Companhia, com os mesmos direitos e vantagens, passando o capital social da Companhia a ser exclusivamente composto por 23.585.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

Em cumprimento ao disposto no Plano de Recuperação Judicial da Companhia e aos termos acordados com determinados credores extraconcursais da Companhia, foi aprovado o aumento de capital da Companhia no valor total de R\$ 40.545, do qual R\$ 35.208 foram destinados ao capital social da Companhia e R\$ 5.337 foram destinados à conta de reserva de capital da Companhia, mediante a emissão de 23.117.906 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 334.017 representado por 46.702.906 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

b) Reservas de capital

A reserva de ágio representa o excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico das ações na data da emissão.

c) Reserva legal

Constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social, limite previsto na legislação societária, e poderá ser usada para absorver prejuízos acumulados.

d) Reserva de retenção de lucros

Constituída pela retenção de parte do lucro líquido do exercício, quando houver. Referida retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Diretoria, aprovada pelos Acionistas em Assembleia Geral e destina-se a investimentos futuros da Companhia.

e) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido anual, após os ajustes e deduções previstos em Lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, se houver, e a destinação de 5% para a reserva legal, até esta atingir 20% do capital social integralizado.

f) Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 2025 e 2024.

CIMENTO TUPI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido (prejuízo) do período, atribuível aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Os quadros a seguir apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos prejuízos básico e diluído por ação:

	2025		2024	
	Ações ordinárias	Total	Ações ordinárias	Total
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(62.695)	(62.695)	1.181.245	1.181.245
Média ponderada do número de ações (em milhares de ações)	46.702	46.702	25.037	25.037
Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído	(1,3424)	(1,3424)	47,1785	47,1785

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

22. Imposto de Renda e Contribuição Social

Reconciliação da despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

	Controladora															
	Imposto de renda								Contribuição social							
	4º	3º	2º	1º	4º	3º	2º	1º	4º	3º	2º	1º	4º	3º	2º	1º
Lucro líquido/(prejuízo) antes dos impostos	trim/2025- -Lucro real trimestral	trim/2025- -Lucro real trimestral	trim/2025- -Lucro real trimestral	trim/2025- -Lucro real trimestral	trim/2024- Lucro real trimestral	trim/2024- Lucro real trimestral	trim/2024- -Lucro real trimestral	trim/2024- -Lucro real trimestral	trim/2025- -Lucro real trimestral	trim/2025- -Lucro real trimestral	trim/2025- -Lucro real trimestral	trim/2025- -Lucro real trimestral	trim/2024- Lucro real trimestral	trim/2024- Lucro real trimestral	trim/2024- -Lucro real trimestral	trim/2024- -Lucro real trimestral
	(130.807)	1.169	9.302	37.256	946,173	1.319.136	(332.916)	(139.142)	(130.807)	1.169	9.302	37.256	946,173	1.319.136	(332.916)	(139.142)
Adições																
Resultado de equivalência patrimonial	267	835	-	-	198	-	-	-	267	835	-	-	198	-	-	-
Variação cambial sobre empréstimos	18.835	-	-	-	158.900	-	333.706	91.863	18.835	-	-	-	158.900	-	333.706	91.863
Juros s/empréstimos executados	-	-	-	-	-	-	-	1.638	-	-	-	-	-	-	-	1.638
Amortização de ágio	60.369	-	-	-	-	-	-	-	60.369	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - dif. Tx. Fiscal x societária	1.647	1.648	1.567	1.428	1.211	889	916	923	1.647	1.648	1.567	1.428	1.211	889	916	923
Provisão p/contingência	714	242	140	194	220	120	90	54	714	242	140	194	220	120	90	54
Outras adições	12.160	257	1.063	1.163	11.525	188	855	163	-	257	-	163	162	163	164	163
Exclusões																
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	1.511	1.505	-	36	1.962	798	-	-	1.511	1.505	-	36	1.962	798
Variação cambial sobre empréstimos	-	21.021	42.983	66.793	379.058	122.857	-	-	-	21.021	42.983	66.793	379.058	122.857	-	-
Juros s/empréstimos executados	-	-	-	-	-	241.646	-	-	-	-	-	-	-	241.646	-	-
Outras exclusões	-	908	-	862	1.530	-	878	-	-	908	-	-	1.530	-	-	-
Lucro/(prejuízo) ajustado	(36.815)	(17.778)	(32.422)	(29.119)	737.639	955.794	(189)	(45.299)	(48.975)	(17.778)	(33.485)	(29.257)	726.276	955.331	(2)	(45.299)
Alíquotas aplicáveis	25%	25%	25%	25%	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%	9%	9%	9%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Débitos fiscais constituídos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre diferenças temporárias	30.364	(625)	(2.178)	(9.052)	(238.888)	(329.747)	83.691	34.940	10.932	(226)	(784)	(3.259)	(86.000)	(118.709)	30.128	12.579
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado	30.364	(625)	(2.178)	(9.052)	(238.888)	(329.747)	83.691	34.940	10.932	(226)	(784)	(3.259)	(86.000)	(118.709)	30.128	12.579

	Consolidado															
	Imposto de renda								Contribuição social							
	4º	3º	2º	1º	4º	3º	2º	1º	4º	3º	2º	1º	4º	3º	2º	1º
Lucro líquido/(prejuízo) antes dos impostos	trim/2025- Lucro real trimestral	trim/2025- Lucro real trimestral	trim/2025- Lucro real trimestral	trim/2025- Lucro real trimestral	trim/2024- Lucro real trimestral	trim/2024- Lucro real trimestral	trim/2024- Lucro real trimestral	trim/2024- Lucro real trimestral	trim/2025- Lucro real trimestral	trim/2025- Lucro real trimestral	trim/2025- Lucro real trimestral	trim/2025- Lucro real trimestral	trim/2024- Lucro real trimestral	trim/2024- Lucro real trimestral	trim/2024- Lucro real trimestral	trim/2024- Lucro real trimestral
	(130.667)	1.231	9.508	37.378	946.041	1.320.730	(333.354)	(138.704)	(130.667)	1.231	9.508	37.378	946.041	1.320.730	(333.354)	(138.704)
Adições																
Variação cambial sobre empréstimos	18.835	-	-	-	158.900	-	333.706	91.863	18.835	-	-	-	158.900	-	333.706	91.863
Juros s/empréstimos executados	-	-	-	-	-	-	-	1.638	-	-	-	-	-	-	-	1.638
Amortização de ágio	60.369	-	-	-	-	-	-	-	60.369	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - dif. Tx. Fiscal x societária	1.647	1.648	1.567	1.428	1.211	889	916	923	1.647	1.648	1.567	1.428	1.211	889	916	923
Provisão p/contingência	714	242	140	194	220	120	90	54	714	242	140	194	220	120	90	54
Outras adições	12.160	257	1.063	1.163	11.723	188	855	163	-	257	-	163	360	163	164	163
Exclusões																
Resultado de controladas pelo lucro presumido	935	356	1.357	1.679	3.034	501	1.350	596	935	356	1.357	1.679	3.034	501	1.350	596
Variação cambial sobre empréstimos	-	21.021	42.983	66.793	379.058	122.857	-	-	-	21.021	42.983	66.793	379.058	122.857	-	-
Juros s/empréstimos executados	-	-	-	-	-	241.646	-	-	-	-	-	-	-	241.646	-	-
Outras exclusões	-	908	-	862	1.504	-	878	-	-	908	-	-	1.504	-	878	-
Lucro/(prejuízo) ajustado	(37.877)	18.907	(32.062)	(29.171)	734.499	956.923	(15)	(44.659)	(50.037)	18.907	(33.125)	(30.171)	726.136	956.898	(706)	(44.659)
Alíquotas aplicáveis	25%	25%	25%	25%	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%	9%	9%	9%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IRPJ e CSLL - correntes de controladas - lucro real	30	33	(82)	(25)	125	(21)	(233)	(132)	10	9	(32)	(11)	65	(34)	(88)	(51)
IRPJ e CSLL - Lucro presumido	(129)	(73)	(64)	(60)	(24)	(388)	(188)	(184)	(51)	(31)	(27)	(26)	(34)	(122)	(81)	(71)
Débitos fiscais constituídos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre diferenças temporárias	30.364	(625)	(2.178)	(9.052)	(238.888)	(329.747)	83.691	34.940	10.932	(226)	(784)	(3.259)	(86.000)	(118.709)	30.128	12.579
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado	30.265	(665)	(2.324)	(9.137)	(238.787)	(330.156)	83.270	34.624	10.891	(248)	(843)	(3.296)	(85.969)	(118.865)	29.959	12.457

CIMENTO TUPI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

a) Composição de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

	Controladora e consolidado	
	2025	2024
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da CSLL	182.127	141.438
Provisões para contingências	1.754	1.560
Operações tributadas regime caixa - (v/c. e juros s/emp.)	55.832	94.208
IR e CS diferidos ativos	239.713	237.206
IR e CS diferidos s/diferenças temporárias	(89.411)	(91.550)
Amortização fiscal de ágio	(11.286)	(31.812)
IR e CS diferidos passivos	(100.697)	(123.362)
	<u>139.016</u>	<u>113.844</u>

Considerando a expectativa de geração de lucro tributário nos próximos exercícios, a Companhia constituiu Imposto de Renda e Contribuição Social, diferidos, sobre saldo de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social.

23. Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outros assuntos. A Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, realiza análise das demandas judiciais pendentes e, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, para aquelas com expectativa de perda provável.

A Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2025, provisão para contingência decorrente de discussões trabalhistas e tributárias, com possibilidade de perda provável, no valor de R\$ 5.158 (R\$ 4.588 em 31 de dezembro de 2024):

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	4.588	6.117	4.588	6.117
Novos	1.870	38	1.870	38
Atualização	(562)	197	(562)	197
Encerrados/Reclassificados	(738)	(1.764)	(738)	(1.764)
Saldo final	<u>5.158</u>	<u>4.588</u>	<u>5.158</u>	<u>4.588</u>

CIMENTO TUPI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

A Companhia possui em seu balanço consolidado, em 31 de dezembro de 2025, depósitos judiciais no montante de R\$ 13.479 (R\$ 13.534 em 31 de dezembro de 2024).

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem ações de natureza cível, trabalhista e tributária envolvendo riscos de perda classificados pela Diretoria e por seus consultores jurídicos como possível para as quais não há provisão para contingências constituída.

O valor de tais contingências em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 92.501 (R\$ 109.720 em 31 de dezembro de 2024), conforme a seguir:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contingências tributárias	6.745	26.392	86.415	101.219
Contingências trabalhistas	2.794	6.455	2.794	6.551
Contingências cíveis	3.246	1.905	3.292	1.950
	<u>12.785</u>	<u>34.752</u>	<u>92.501</u>	<u>109.720</u>

24. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita bruta de vendas				
Vendas de produtos	701.864	700.224	703.833	705.093
Deduções sobre vendas	(177.121)	(177.767)	(180.213)	(182.298)
Devoluções de vendas	(1.048)	(1.478)	(1.048)	(1.478)
ICMS sobre vendas	(122.006)	(122.734)	(122.631)	(124.058)
PIS e COFINS sobre vendas	(54.031)	(53.555)	(56.429)	(56.688)
Outros	(36)	-	(105)	(74)
Receita operacional líquida	<u>524.743</u>	<u>522.457</u>	<u>523.620</u>	<u>522.795</u>

25. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas com remuneração, encargos e benefícios	(39.898)	(36.589)	(41.857)	(36.942)
Honorários advocatícios	(8.012)	(18.705)	(8.026)	(18.720)
Locação de imóveis/veículos/equipamentos	(419)	(386)	(447)	(424)
Despesas de viagens	(1.606)	(2.114)	(1.641)	(2.141)
Consultoria/Serv. terc.	(5.150)	(7.873)	(5.362)	(8.425)
Outras	(4.569)	(3.853)	(6.275)	(5.564)
	<u>(59.654)</u>	<u>(69.520)</u>	<u>(63.608)</u>	<u>(72.216)</u>

CIMENTO TUPI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

26. Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado com reestruturação de empréstimos com terceiros (a)		2.430.287		2.430.287
Reversão provisão para contingência	(570)	1.530	(570)	1.530
Crédito PIS/COFINS	1.282	832	1.282	832
Baixa de imobilizado/investimentos	-	7.733	120	9.297
ICMS s/remessas	(1.261)	(804)	(1.261)	(804)
Conversão em renda para união - processo judicial	-	(923)	-	(923)
Parcelamento de impostos	(901)	-	(901)	-
Ajuste de inventário	7	571	7	571
Fundo inonimado	258	-	258	-
Amortização de ágio (b)	(60.369)	-	(60.369)	-
Outras	447	(349)	464	(277)
	<u>(61.107)</u>	<u>2.438.877</u>	<u>(60.970)</u>	<u>2.440.513</u>

(a) De acordo com o Plano de Recuperação Judicial da Companhia, os Credores Classe III que escolheram as opções de reestruturação previstas nas Cláusulas 4.3.1.2 (Opção de Reestruturação I) e 4.3.1.3 (Opção de Reestruturação II) do Plano de Recuperação Judicial, incluindo aqueles Credores Classe III titulares de Senior Unsecured Notes, tiveram seus Créditos Classe III reestruturados com um deságio (haircut) de 75% e 95%, respectivamente.

Em razão dos referidos deságios (haircuts) aplicados sobre tais Créditos Classe III no exercício de 2024, foi lançado o valor de R\$2.430.287 como perdão de dívida, reduzindo o passivo da Companhia neste montante.

(b) Baixa de ágio por expectativa de resultado futuro (vide n.e. 13)

27. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(102.266)	(57.533)	(102.266)	(57.533)
Juros/multas s/parcelamentos impostos	(32.815)	(20.145)	(32.896)	(20.295)
Varição cambial s/empréstimos	-	(528.958)	-	(528.958)
Descontos concedidos	-	(53)	-	(54)
Juros contratuais	(5.192)	-	(5.306)	-
Despesas c/reestruturação da dívida	-	(50.025)	-	(50.025)
Outras despesas financeiras	(3.350)	(680)	(3.381)	(755)
	<u>(143.623)</u>	<u>(657.394)</u>	<u>(143.849)</u>	<u>(657.620)</u>

CIMENTO TUPI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	808	12	828	1.265
Juros sobre aplicação financeira	1.556	2.361	2.627	6.542
Juros recebidos de clientes	1.153	596	1.153	596
Variação cambial s/empréstimos	103.230	-	103.230	-
Outros juros ativos (principalmente juros selic s/PIS/COFINS a recuperar)	5.924	6.344	6.304	6.609
Outras receitas financeiras	-	-	-	-
	112.671	9.313	114.142	15.012
	(30.952)	(648.081)	(29.707)	(642.608)

28. Informações por segmento

A Diretoria agrupa as entidades em dois segmentos distintos:

a) Cimento

Que tem como principal objetivo a fabricação de cimentos e argamassas de todos os tipos nas unidades fabris da Companhia.

b) Incorporação e administração de imóveis próprios

Que tem como principal objetivo a incorporação e administração de imóveis próprios, desempenhada por duas de suas subsidiárias.

A Diretoria monitora separadamente os resultados operacionais de suas unidades de negócios com o objetivo de tomar decisões a respeito de alocação de recursos e avaliação de desempenho.

O desempenho do segmento é avaliado com base no resultado operacional e é mensurado de forma consistente com o resultado operacional das demonstrações contábeis consolidadas.

CIMENTO TUPI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

As informações por segmentos da Companhia estão incluídas na tabela a seguir:

	2025				Total Consolidado
	Cimento	Incorporação e administração de imóveis	Outros	Eliminações	
Receita líquida	524.743	-	23.890	(25.013)	523.620
Lucro bruto	82.513	-	228	-	82.741
Depreciação e amortização	(26.043)	-	(1.341)	-	(27.384)
Lucro/(prejuízo) operacional	(54.042)	(1.837)	(1.752)	-	(57.631)
Resultado financeiro	(30.952)	1.377	(132)	-	(29.707)
Resultado de equivalência patrimonial	1.914	-	-	(1.914)	-
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	(83.080)	(460)	(1.884)	(1.914)	(87.338)
Imposto de Renda e Contribuição Social	25.172	(461)	(68)	-	24.643
Participação de acionista minoritário	-	-	(1)	-	(1)
Lucro líquido/(prejuízo)	(57.908)	(921)	(1.952)	(1.914)	(62.695)
Ativo circulante	206.463	101.137	13.572	(284)	320.888
Ativo não circulante	985.395	20.584	71.539	(223.990)	853.528
Passivo circulante	266.960	1.380	1.782	(15.982)	254.140
Passivo não circulante	1.421.459	-	114	-	1.421.573

	2024				Total Consolidado
	Cimento	Incorporação e administração de imóveis	Outros	Eliminações	
Receita líquida	522.457	2.371	30.008	(32.041)	522.795
Lucro bruto	83.957	(1.313)	960	-	83.604
Depreciação e amortização	(23.511)	-	(1.339)	-	(24.850)
Lucro (prejuízo) operacional	8.447	(2.373)	960	-	7.034
Resultado financeiro	(648.081)	5.406	67	-	(642.608)
Resultado de equivalência patrimonial	2.598	-	-	(2.598)	-
Outras receitas (haircut)	2.430.287	-	-	-	2.430.287
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	1.793.251	3.033	1.027	(2.598)	1.794.713
Imposto de renda e contribuição social	(612.006)	(1.092)	(369)	-	(613.467)
Participação de acionista minoritário	-	-	(1)	-	(1)
Lucro líquido (prejuízo)	1.181.245	1.941	657	(2.598)	1.181.245
Ativo circulante	205.459	93.546	11.928	(5.508)	305.425
Ativo não circulante	1.019.807	24.896	70.028	(223.000)	891.731
Passivo circulante	242.209	92	8.165	(34.963)	215.503
Passivo não circulante	1.421.710	-	115	(1.570)	1.420.255

29. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

29.1. Análise dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos;

CIMENTO TUPI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

- O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm atualização monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

As taxas de juros de empréstimos e financiamento são pré-fixadas e estão consistentes com as praticadas no mercado; dessa forma, os saldos contábeis informados encontram-se próximos aos respectivos valores justos.

A classificação dos ativos financeiros da Companhia e suas Controladas por categoria é a seguinte:

Ativos financeiros	Controladora					
	2025			2024		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	14.807	-	14.807	6.273	-	6.273
Contas a receber	18.311	-	18.311	17.542	-	17.542
Títulos a receber e créditos com terceiros	1.948	-	1.948	1.948	-	1.948
Partes relacionadas	116	-	116	23	-	23
	<u>35.182</u>	<u>-</u>	<u>35.182</u>	<u>25.786</u>	<u>-</u>	<u>25.786</u>

Ativos financeiros	Consolidado					
	2025			2024		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	26.858	-	26.858	12.249	-	12.249
Aplicação financeira	13.829	-	13.829	13.239	-	13.239
Contas a receber	18.311	-	18.311	17.542	-	17.542
Títulos a receber e créditos com terceiros	5.975	-	5.975	5.614	-	5.614
	<u>64.973</u>	<u>-</u>	<u>68.481</u>	<u>48.644</u>	<u>-</u>	<u>48.644</u>

29.2. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os principais passivos financeiros da Companhia e suas Controladas podem ser classificados e contabilizados por meio do valor justo no resultado, conforme demonstrado a seguir:

Passivos financeiros	Controladora	
	2025	2024
Fornecedores	87.761	55.459
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.379.761	1.393.176
Partes relacionadas	19.417	33.367
	<u>1.486.939</u>	<u>1.482.002</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

Passivos financeiros	Consolidado	
	2025	2024
Fornecedores	82.747	56.323
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.379.761	1.393.176
Partes relacionadas	3.833	3.938
	<u>1.466.341</u>	<u>1.453.437</u>

29.3. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia e suas Controladas são previamente aprovadas pela Diretoria da Companhia e realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez. São adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais e às taxas de juros.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração, o *rating* disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia e suas Controladas são:

a) Risco de moeda com variações cambiais

Conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial homologado em 03 de julho de 2024, para fins de pagamento dos credores quirografários classe III com crédito em dólar norte-americano que escolheram as Opções I, II ou não fizeram a escolha de pagamento (cls. 4.3.1.2, 4.3.1.3 e 4.3.1.4), caso a taxa de câmbio para a conversão da moeda corrente nacional em dólares norte-americanos exceda R\$ 7.00/US\$ 1,00, eventual excesso será considerado como um desconto para todos os fins.

b) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros estão sujeitos a riscos de crédito como as disponibilidades e contas a receber. Todas as operações são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza tais riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que as vendas são pulverizadas em muitos clientes, e são condicionadas a um limite de crédito estipulado individualmente por cliente.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

c) Risco de liquidez

“Risco de Liquidez” representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar suas dívidas. A Companhia e suas Controladas procuram alinhar o vencimento de suas dívidas com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos principais passivos financeiros da Companhia e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos ativos e passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

	Controladora			Total
	Até um ano	De um a três anos	Mais de três anos	
Empréstimos e financiamentos	44.801	129.754	1.205.206	1.379.761
Contas a pagar a fornecedores	81.648	6.113	-	87.761
Adiantamento de clientes	749	-	-	749
Outros passivos financeiros	139.762	31.278	49.108	220.148
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>266.960</u>	<u>167.145</u>	<u>1.254.314</u>	<u>1.688.419</u>

	Consolidado			Total
	Até um ano	De um a três anos	Mais de três anos	
Empréstimos e financiamentos	44.801	129.754	1.205.206	1.379.761
Contas a pagar a fornecedores	82.747	6.227	-	88.974
Adiantamento de clientes	749	-	-	749
Outros passivos financeiros	125.843	37.391	42.995	206.229
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>254.140</u>	<u>173.372</u>	<u>1.248.201</u>	<u>1.675.713</u>

30. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas contratam cobertura de seguros para seus estoques e bens do ativo imobilizado na modalidade de Seguros de Riscos Nomeados e Responsabilidade Civil. Na avaliação dos riscos, são considerados os seguintes aspectos: (a) localização descentralizada das plantas industriais (Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo); (b) natureza das atividades; e (c) medidas preventivas contra acidentes. O limite máximo da indenização - LMI - total é de R\$ 198.685 para as plantas industriais.

Os montantes de coberturas contratadas levam em consideração as estimativas para cobrir eventuais perdas em locais de maior concentração de riscos e a perda máxima possível de sinistro em um único evento.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, foram determinadas pela Diretoria.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

31. Eventos subsequentes

A Companhia formalizou no mês de janeiro/2026, uma operação de crédito com o Banco C6 (Nota Comercial), no valor total de R\$ 15 milhões com vencimento em 36 meses e taxa DI + 6,16% a.a., para fins de capital de giro com garantia por alienação fiduciária de imóveis da sua controlada Mape Incorporação e Empreendimentos Limitada e cessão fiduciária de duplicatas.